

# 1983: começam novos sonhos e novos problemas

Augusto Martins (\*)

Termina o exercício de 1982. E com ele terminam grandes sonhos, esperanças e também alguns problemas. Nunca, na história recente do País, houve um ano tão movimentado nos meios econômicos e de negociações tão difíceis.

O problema do balanço de pagamentos chegou ao seu triste apogeu e se constituiu na preocupação mais séria das autoridades econômicas brasileiras quando perceberam que as metas não poderiam ser atingidas e decisões difíceis tinham que ser tomadas.

Foi um ano totalmente adverso nesta área. O País não pôde ter um desempenho brilhante na área de comércio exterior dado uma série de problemas internos e externos. As exportações não renderam superávits esperados, os juros externos demoraram muito a dar sinais de queda, os preços dos nossos produtos exportáveis estiveram muito abaixo do justo e do desejado, sofremos diversos problemas de exportação de produtos considerados por nossos concorrentes como subsidiados, as importações se comportaram teimosamente acima do previsto.

E tudo aconteceu num ano que tínhamos muitos bilhões de dívida e de juros a pagar no exterior, num ano em que vários países faliram ante a uma persistente recessão mundial que não dá mostra de chegar ao fim, num ano, enfim, que não foi bom para os menos desenvolvidos.

E diante deste quadro, totalmente negro, as autoridades tiveram que recorrer ao Fundo Monetário Internacional, como meio de honrar os compromissos externos, sob pena de ser considerado um mau pagador e, a exemplo do México, recorrer a uma moratória, uma renegociação da dívida vencível ainda neste ano.

As negociações com o FMI, rápidas por sinal, tiveram algum êxito e, hoje, as portas dos bancos internacionais já não estão tão fechadas como estavam em setembro.

O receituário do Fundo Monetário foi discutido e finalmente e formalmente implantado pelo Conselho Monetário Nacional na sua última reunião.

Dele resultou uma série de medidas, algumas delas de impacto, que foram colocadas em prática para satisfazer aos técnicos e aos ditames do FMI e principalmente aos credores que vêem nestas medidas uma maneira eficaz de sanar as doenças da nossa economia.

Essa eficiência é discutível. O atingimento das metas também é questionável, e as respostas a estas indefinições só o tempo trará.

Do que foi resolvido, muito importante é a redução do nível dos subsídios, que trará duas consequências inevitáveis: um aumento imediato nos preços dos produtos que perderam os subsídios: os derivados de petróleo (óleo diesel e gás de cozinha principalmente), trigo e açúcar o que onerará muito a alimentação e o bolso de todos os brasileiros. A segunda consequência é a tão esperada redução do déficit público, o que diminuirá a inflação a médio prazo.

Outro ponto importante foi a redução substancial do nível de investimento das empresas estatais, que terá também uma consequência inevitável: a redução da oferta de empregos. A vantagem é que estas empresas não pressionarão o mercado interno e externo em novas linhas de créditos para financiamento de suas despesas e investimentos.

Os juros de empréstimos e financiamentos agrícolas também foram majorados com a finalidade de diminuir o nível de subsídios, o que certamente encarecerá os produtos agrícolas. Os juros agrícolas passaram a ser amarrados ao INPC e variarão segundo a inflação.

Desvinculou-se a correção cambial das demais correções, e com isto as desvalorizações do cruzeiro serão maiores que a inflação, o que visa corrigir uma defasagem acumulada nesta correlação de preços entre o dólar e o cruzeiro, estimulando as exportações.

O crédito e os incentivos às exportações foram mantidos.

Com estas decisões, pretende o governo atingir suas ambiciosas metas para 1983: um superávit na balança comercial da ordem de US\$ 6 bilhões de dólares e uma inflação inferior a 80 por cento.

Não será fácil atingir estes objetivos, como também não será muito fácil a vida para as empresas e para as pessoas no exercício de 1983. Assim, podemos afirmar que, com isto tudo, começam novos sonhos, novas esperanças e surgem outros problemas a serem resolvidos no próximo ano.

(\*) Consultor econômico do Jornal de Brasília